GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

Exercício de 2016

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

José Guilherme Tollstadius Leal
Secretário de Estado

Sebastião Marcio Lopes de Andrade
Secretário Adjunto

Sumário

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI 2

Missão e Visão 2

Plano e Programas Perspectiva Sociedade 2

Quadro de Pessoal 5

Realizações por Programa 6

Brasília Competitiva 6

Programa para Operação Especial 11

Gestão 11

Território da Gente 12

Infraestrutura e Sustentabilidade Sócio Ambiental 13

Direitos Humanos e Cidadania 14

Famílias Fortes 14

Informações Complementares 14

Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade 15

Identificação dos Responsáveis 29

8. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - UO: 14.101

A Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, para execução de suas atividades, nos termos do Decreto nº 36.236, de 01/01/2015,tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - agricultura, pecuária, aquicultura e agroindustrialização;

II - produção e fomento agropecuário;

III – Política agrícola, abastecimento e planejamento agropecuário;

IV – Defesa sanitária animal e vegetal;

V – Fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias;

VI – Inspeção de produtos de origem animal e vegetal;

VII – Fiscalização fundiária e administração de terras públicas rurais;

VIII – Proteção, conservação e manejo do solo e água, voltado ao processo produtivo agropecuário;

IX – Assistência técnica e extensão rural;

X – Inovação tecnológica na agropecuária.

Missão

Coordenar e promover o desenvolvimento rural, econômico e ambientalmente sustentável, administrar as terras públicas rurais e zelar pela segurança alimentar da população por meio de ações de fiscalização e inspeção animal e vegetal.

Visão

Ser reconhecida como agente inovador e de excelência no desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária.

Planos e Programas Perspectiva Sociedade

Brasília mais alimentos e menos desperdício

Promoção e ampliação do abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros, para a população do distrito Federal e Entorno.

Diminuir os índices de desperdício de alimentos no DF envolvendo ações promovidas na produção, comercialização e consumo.

Brasília Qualidade e Inovação Rural

Promover a excelência, qualidade, presteza e inovação na prestação de serviços de responsabilidade da SEAGRI.

Promover estudos e avaliações, junto a sociedade e a comunidade agropecuária, sobre os resultados e impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelas políticas públicas implantadas.

Brasília Terra Legal

Fortalecer e sedimentar a regularização das ocupações das terras públicas rurais do Distrito Federal.

Promover o levantamento de informações relativas às propriedades tais como: dados pessoais do produtor, de sua família, condições da propriedade em termos de posse de uso, situação econômica e de exploração do imóvel, tornando-se um instrumento pra o planejamento e a proposição de políticas públicas locais, como o crédito rural e a assistência técnica.

Brasília Alimentos Seguros

Promover o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Fortalecimento da Agricultura Urbana e Peri-Urbana visando estimular a produção de alimentos orgânicos nas áreas urbanas, aproveitando as áreas ociosas para promover o plantio de: hortaliças, ervas medicinais, ervas aromáticas e plantas ornamentais, visando o auto consumo e/ou também para abastecer as Cozinha Comunitárias; Restaurantes Populares; PAA; e venda o excedente no mercado local – Feira Popular, resultando em inclusão social, melhoria da alimentação; geração trabalho e renda dos envolvidos.

Promover o acesso à alimentos seguros, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, contribuindo, também, para a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, comercialização e ao consumo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e ampliação das aquisições diretas de produtos da agricultura do DF e RIDE.

Promover a utilização e a implementação de procedimentos adequados em todas as etapas da obtenção, produção, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de matérias-primas, insumos e produtos agroalimentares desde os elos primários de produção, devendo ser mantidos ao longo de todas as etapas e demais elos das cadeias e sistemas de produção de alimentos e animais.

Articular políticas e ações de incentivos ao cultivo de alimentos orgânicos e com base agroecológica visando incentivar a produção orgânica por agricultores familiares, aumentando sua renda e ampliando a oferta de alimentos saudáveis.

Brasília Competitividade Rural

Promover ações que visem a comercialização dos produtos oriundos da agricultura de forma a proporcionar a melhoria na qualidade de vida, através da garantia de renda aos produtores agrícolas.

Promoção da Agregação de Valor aos Produtos da Agricultura através da inovação tecnológica e melhoria da gestão do setor agropecuário.

Promover e estimular parcerias entre os agentes rurais visando o desenvolvimento de projetos e/ou solução de problemas específicos do meio rural.

Apoiar o fortalecimento das cadeias produtivas do setor agropecuário, por meio da assistência técnica, da capacitação, do fomento à inovação tecnológica e à criação e ampliação de empreendimentos no meio rural e as boas práticas agropecuárias.

Apoiar e sensibilizar a população rural para as iniciativas de organização, em especial de associativismo e cooperativismo, de forma a contribuir para a geração de renda e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e agricultores

Promover ações que contemplem a utilização, a instituição, o incremento de linhas de financiamento, mecanismos de seguro rural, a captação de recursos nacionais e internacionais e disponibilidade de linhas de credito que visem dar segurança, apoiar e estimular financiamentos e investimentos que contemplem o produtor rural, o financiamento de atividades industriais e empreendimentos rurais.

Promover ações que visem a expansão competitiva da base industrial no setor agropecuário.

Brasília Inclusão Rural

Promover e apoiar o assentamento de famílias de agricultoras e a regularização dos assentamentos, pré-assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária e o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo apropiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e melhoria de renda.

Fomentar a geração de renda no campo e promover a inclusão produtiva da população rural, com a estruturação de canais de comercialização de produtos e serviços da agricultura, a agregação de valor e possibilitando o acesso ao crédito e aos mercados.

Brasília Excelência Produtiva

Promover a prevenção, controle e erradicação das doenças em animais de interesse socio-econômico para nosso estado através de seus pilares de sustentação: vacinação de animais, base cadastral sólida e auditável do sistema agroprodutivo, atenção veterinária com vigilância epidemiológica ativa e passiva bem como o monitoramento, controle e erradicação de focos de doenças; controle do trânsito de animais e educação sanitária.

Prevenir e evitar a introdução e a disseminação de pragas vegetais, assegurando e preservando a qualidade e sanidade de vegetais, suas partes, produtos, subprodutos, materiais biológicos e resíduos de valor econômico.

Promover ações visando o fortalecimento da vigilância e a inspeção sanitária aos produtos de origem animal e vegetal.

Elaborar e desenvolver ações educativas a partir da identificação dos graus de conhecimento, atitudes e comportamento de uma comunidade frente a um problema sanitário, identificado, dimensionado, priorizado e acompanhado pela Defesa Agropecuária.

Brasília Aprendizagem Rural

Desenvolver ações de capacitação visando a aquisição de novas competências que serão requeridas em médio e longo prazos, determinantes para o desenvolvimento do aumento da produtividade, de novos mercados, da renda rural e da qualidade de vida.

Desenvolver ações de capacitação orientadas para o presente, focalizando a melhoria do desempenho atual e buscando melhorar habilidades e competências gerando ganho de produtividade, de renda e de qualidade de vida.

Brasília Crescimento Rural

Promover ações que visem o uso de princípios e técnicas para induzir ideias e novas atitudes, dar ao acesso a informações através das ferramentas de marketing e comunicação aplicadas ao desenvolvimento rural e divulgar as potencialidades e particularidades do DF e da RIDE para atração de negócios.

Promover ações que visem o conhecimento, autilização e a captação de recursos nacionais e internacionais e disponibilidade de credito que visem apoiar e estimular o desenvolvimento de planos, programas, projetos, ações e eventos.

Brasília Rural Sustentável

Promover a Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF

Promover a gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo água e energia, através da integração dos requisitos de proteção ambiental às políticas de desenvolvimento agropecuárias.

Promover a correta destinação de dejetos animais, embalagens de agrotóxicos, materiais recicláveis, resíduos sólidos e outros resíduos gerados pela atividade agrícola.

Incentivar a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

Brasília Infraestrutura e Mobilidade Rural

Ampliar e assegurar a infraestrutura do setor agropecuário e do meio rural.

Apoiar ações que visem melhorar a mobilidade rural, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico local e regional.

Qualidade Tecnológica

Aprimorar a produção de informações de valor agregado e de conhecimento em tempo adequado e com confiabilidade visando subsidiar necessidades específicas, reduzir incertezas e apresentar soluções propiciando uma atuação e tomada de decisão mais eficiente e efetiva.

Promover a aquisição de recursos tecnológicos que permitam o avanço técnico e qualitativo e que deem o devido suporte aos objetivos da SEAGRI.

Soluções Tecnológicas Rurais

Aperfeiçoar os processos de prestação de serviços agrícolas em relação à infraestrutura.

Aprimorar processos e atividades relacionadas ao planejamento, elaboração e acompanhamento da execução das políticas estabelecidas pela SEAGRI, visando promover, inclusive, regulamentações e alterações legislativas necessárias ao estímulo ao agricultor familiar, incluindo a unificação de políticas que envolvam municípios da RIDE, Estados e o Governo Federal.

Aprimorar e desenvolver os processos de gestão ambiental e sustentabilidade rural.

Aperfeiçoar os processos de regularização de terras públicas rurais visando melhor eficiência e eficácia.

Promover a melhoria e o aperfeiçoamento de processos que visem o desenvolvimento sustentável do segmento rural, de modo a propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e melhoria de renda.

Aperfeiçoar processos de defesa e vigilância sanitária e inspeção.

Desenvolver ações de aperfeiçoamento da infraestrutura física da SEAGRI, visando promover melhorias nas condições de trabalho, melhoria da qualidade no atendimento aos usuários e nos níveis de serviços à serem prestados.

Promover o desenvolvimento de tecnologias (processos, produtos e serviços) que garantam o aumento da produção agropecuária e o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros, garantindo alimentos de qualidade, assegurando ao produtor preços que permitam sua manutenção na atividade rural.

Desenvolvendo Parcerias

Promover o aperfeiçoamento dos processos de captação de recursos nacionais e internacionais e disponibilidade de crédito que visem apoiar e estimular o desenvolvimento de planos, programas, ações, projetos e eventos.

Promover a organização e sistematizar a integração e o uso de parcerias estratégicas visando fortalecer os espaços de participação popular e as instâncias de controle social com o objetivo de implantar a gestão colaborativa e consolidar um governo ético, democrático e transparente.

Desenvolver e aprimorar processos e ferramentas de aprendizagem rural.

Desenvolver e aprimorar processos e ferramentas de marketing e comunicação aplicadas ao desenvolvimento rural.

Excelência Administrativa

Desenvolver e aperfeiçoar processos que promovam a eficiência e transparência na gestão orçamentária e financeira, como também, atingir e manter o equilíbrio fiscal, por meio do aumento da eficiência da geração de receita, da qualidade do gasto e da gestão da máquina administrativa.

Promover ações que garantam o desenvolvimento de uma cultura institucional voltada para a obtenção de resultados através da prática da conciliação das políticas públicas com as demandas do agronegócio para melhorar a competitividade do setor, incluindo o diálogo prévio com o setor produtivo, sociedade civil, instituições públicas.

Desenvolver um conjunto de melhorias nas práticas de gestão visando, alavancar a capacidade da instituição de produzir, medir e comunicar resultados relevantes para o seu público-alvo

Desenvolver ações visando a aumentar a capacidade de ação da instituição de atuar em parceria e em rede com outras organizações e com a sociedade, na formulação, implementação e execução de políticas públicas, no alcance dos objetivos.

Sustentabilidade Organizacional

Aperfeiçoamento da gestão da informação e estruturação da gestão do conhecimento visando garantir a gestão integrada de sistemas e da informação com foco na melhoria dos serviços, e com aumento da transparência e do controle.

Desenvolver ações visando a gestão do clima organizacional e bem estar dos empregados.

Desenvolver ações que possam contribuir para que os servidores sugiram novas direções e/ou um diferencial competitivo, aprimorar a habilidade de definir e alcançar objetivos, capacidade de manter um alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-o para detectar oportunidades de negócio à inovação e desenvolvimento da capacidade criativa.

Promover ações que possibilitem o estabelecimento de canais que favoreçam o relacionamento, ágil e transparente, da direção com o público interno e entre os próprios elementos que integram este público.

Promover a introdução de métodos de gestão do setor privado e ações que viabilizem o alinhamento estratégico entre os processos que compõem a governança

Desenvolver mecanismos para retenção de talentos visando implementar uma política de pessoas que valorize a produtividade, o mérito e a qualidade dos serviços prestados.

Desenvolvimento de competências gerenciais, técnicas e administrativas visando implementar uma política de desenvolvimento de pessoas focada na melhoria dos serviços públicos.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	63
Cedidos – fora GDF	07
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	432
Estatutário - afastado	11
Sem vínculo – em exercício	24
Semvínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	**526**
Total ativos - afastado	**12**

Fonte: SUGEP/SEPLAG

A estrutura do quadro de pessoal da SEAGRI/DF é composta por 555 servidores, sendo que deste quantitativo 25 são comissionados sem vínculo, conforme consta na tabela acima, e 17 requisitados de outros órgãos, sendo: 3 federais e 14 distritais (não inclusos na tabela acima).

Compõe esse quadro também 77 funcionários terceirizados, os quais atuam nas áreas de apoio administrativo, limpeza/conservação, segurança e mecanização agrícola.

Observa-se no demonstrativo acima que a força de trabalho efetivamente disponível é de 473 funcionários, considerando que 70 servidores encontram-se cedidos e/ou à disposição de outros órgãos e 12 afastados.

Cabe salientar que no exercício de 2015 a Pasta contava com **557** servidores efetivos, tendo reduzido esse número, em 2016, para **513**, em decorrência das vacâncias provenientes de aposentadorias, exonerações e óbitos.

Do mesmo modo, em relação ao exercício anterior, houve diminuição no quantitativo de terceirizados, de 165 para 77. O contrato de 40 jovens candangos também teve término de vigência.

Convém consignar, por oportuno, que a crescente diminuição da força de trabalho, principalmente em relação ao quadro efetivo, revela a urgente necessidade de realização de novo concurso público para assegurar a manutenção, eficiência e eficácia dos serviços públicos ofertados ao cidadão. Nesse sentido, já foi realizado um estudo visando futuras contratações (processo nº 070.002.136/2016).

Estimasse que no ano de 2017 aproximadamente 75 servidores devem aposentar-se, grande parte destes no primeiro bimestre do ano, impactando ainda mais a já insuficiente força de trabalho.

Outro fator que merece ser destacado, por fim, é que em dezembro/2016 o órgão dispõe de 99 cargos comissionados, sendo que 74 cargos estão ocupados por servidores vinculados à administração pública, representando um índice de **74,4 %**, isto é, muito superior ao percentual de **50 %** estabelecido no art. 19, inciso V, da Lei Orgânica do DF.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	**500.000**	**0**	**0**	**0**
0001 - CONSTRUÇÃO DA FEIRA PERMANENTE DO ARAPOANGAS	500.000	0	0	0
1715 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA EM PISCICULTURA	**10.000**	**2.053.645**	**0**	**0**
0001 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA EM PISCICULTURA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	2.053.645	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**10.000**	**7.208**	**0**	**0**
3196 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	**100.000**	**0**	**0**	**0**
0001 - ENTREPOSTOS DE OVOS CAIPIRAS	100.000	0	0	0
5653 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-ENTREPOSTOS DE OVOS CAIPIRAS-DF ENTORNO	0	0	0	0
2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	**46.000**	**844.345**	**839.192**	**839.192**
0001 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	46.000	494.345	490.192	490.192
0002 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA-AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES PARA A ESTRUTURA LOGÍSTICA DA SEAGRI - DF-DISTRITO FEDERAL	0	350.000	349.000	349.000
2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	**10.000**	**7.208**	**0**	**0**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL--DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	**31.000**	**186.242**	**91.631**	**91.631**
0001 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	31.000	10.242	0	0
0005 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-APOIO À MANUTENÇÃO DA GRANJA DO IPÊ-DISTRITO FEDERAL	0	56.000	3.907	3.907
0006 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-APOIO À MANUTENÇÃO DA GRANJA DO TORTO-DISTRITO FEDERAL	0	100.000	87.724	87.724
0008 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-APOIO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMAENTOS PARA A ESCOLINHA-DISTRITO FEDERAL	0	20.000	0	0
2639 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES	**190.000**	**185.409**	**176.302**	**176.302**
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES- DA GRANJA DO TORTO- PLANO PILOTO .	190.000	185.409	176.302	176.302
2643 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA	**10.000**	**0**	**0**	**0**
0001 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	**25.000**	**9.515**	**9.515**	**9.515**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0001 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	25.000	9.515	9.515	9.515
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	**1.030.000**	**3.673.699**	**1.809.921**	**1.809.921**
0003 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	3.647.069	1.797.361	1.797.361
5682 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-FOMENTO À PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	10.000	19.422	12.560	12.560
5683 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-APOIO AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULUTRA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
5684 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0
3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS	**31.000**	**10.811**	**0**	**0**
0001 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- PLANALTINA	31.000	10.811	0	0
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	**10.000**	**7.208**	**0**	**0**
0004 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**1.260.000**	**1.310.000**	**0**	**0**
0004 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - DF	0	60.000	0	0
9557 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS-DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
9581 - APOIO A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.	1.250.000	1.250.000	0	0
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	**0**	**80.000**	**0**	**0**
0002 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COMUNITÁRIO - SÃO SEBASTIÃO	0	80.000	0	0
4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	**10.000**	**7.208**	**0**	**0**
0001 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA-COMPRAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	**585.000**	**1.601.001**	**1.074.742**	**1.074.742**
0003 – RECUPERA'ÇÃO DE CANAIS DE IRRIGAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	0	300.000	0	0
2900 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	1	0	0
5691 - APOIO A RECUPERAÇÃO DOS CANAIS DE IRRIGAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	575.000	0	0	0
5692 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-APOIO A RECUPERAÇÃO DOS CANAIS DE IRRIGAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	801.000	574.974	574.974
5693 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-RECUPERAÇÃO DE CANAL DE IRRIGAÇÃO NA COMUNIDADE RECANTO DA CONQUISTA EM SÃO SEBASTIÃO - RA XIV- SÃO SEBASTIÃO	0	300.000	299.862	299.862
5694 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-APOIO A RECUPERAÇÃO DE CANAIS DE IRRIGAÇÃO RURAL-DISTRITO FEDERAL	0	200.000	199.906	199.906
4120 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS	**10.000**	**7.208**	**0**	**0**
0001 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS-SECREATRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	**3.868.000**	**9.990.706**	**4.001.302**	**4.001.302**

Indicadores:

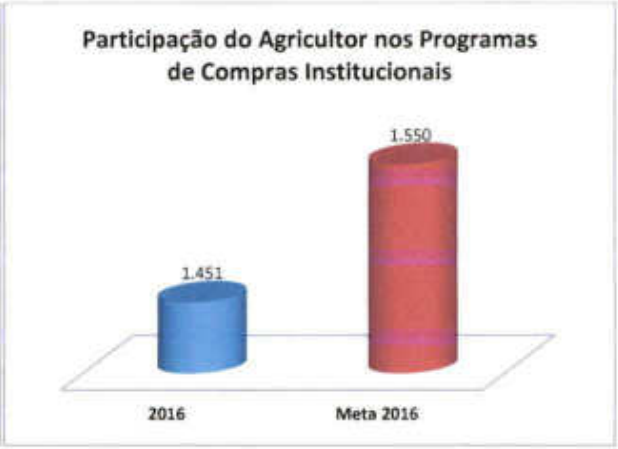
Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Canal recuperado	Km	11	31-dez-14	Quadrimestral	15	15	15	5,5	SDR/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Produtor Assistido em doação de insumos	Pessoa	1.030	31-dez-14	Bimestral	650	650	650	650	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Participação do Agricultor nos Programas de Compras Institucionais	Pessoa	1.161	30-jun-15	Anual	1.550	1.700	1.850	2.000	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Fiscalização realizada em estabelecimentos e veículos	Unidade			Anual	7.500	7.500	7.500	7.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Ações de Defesa Sanitária Animal e Vegetal	Unidade			Anual	117.300	127.500	127.500	137.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7

Na área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário a Secretaria de Agricultura tem como competência o planejamento, a orientação e o apoio no desenvolvimento organizacional no processo de capacitação de agricultores (as) familiares, com destaque para a formação de agentes comunitários de desenvolvimento sustentável.

Dirigir e coordenar a inclusão socioprodutiva e a segurança alimentar dos agricultores(as) familiares, principalmente dos mais carentes, mediante o apoio à organização do seu processo produtivo, à agregação de valor (armazenamento, processamento, transporte e distribuição) e à certificação de seus produtos, bem como seu acesso aos mercados; orientar e apoiar os agricultores(as) familiares no acesso aos serviços essenciais das políticas públicas, mediante processos de articulação institucional; elaborar relatório mensal de atividades e executar outras atividades na sua área de atuação e que lhes forem atribuídas.

No ano de 2016 a Secretaria de Agricultura obteve a participação de 1.451 agricultores nos Programas de Compras Institucionais e promoveu a distribuição de insumos a 438 produtores assistidos, alcançando 93% e 67%, respectivamente, da meta prevista conforme gráficos a seguir:



Com relação aos segmentos que compõe o público-alvo beneficiado do plano de reforma agrária foram os trabalhadores rurais e Assentados da reforma agrária, os assentamentos pré-existentes e os novos, os posseiros regularizados e os agricultores familiares que transformam os sistemas locais de produção rural integrantes de um plano de desenvolvimento territorial.

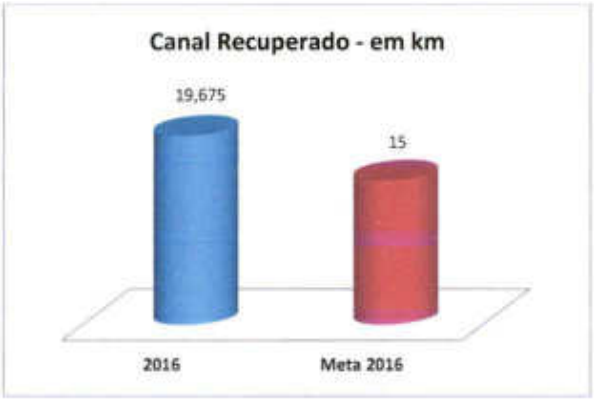
Destacamos a seguir os contratos e convênios assinados pela Secretaria de Agricultura para melhorar o plano de reforma agrária, sendo:

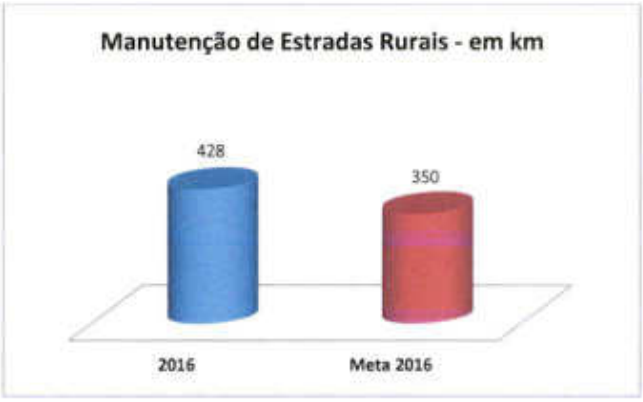
- ✓ Contrato de Repasse SICONV 833.391 – 2016 – MAPA. Objeto: Aquisição de patrulha agrícola;
- ✓ Convênio SICONV 837.678 – 2016 – MDA. Objeto: Implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Distrito Federal e RIDE;
- ✓ Contrato de Repasse SICONV 839.394 – 2016 – MDA. Objeto: Construção de Centro de Comercialização e Capacitação;
- ✓ Contrato de Repasse SICONV 840.951 – 2016 – MDA. Objeto: Apoiar a estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF através da aquisição de patrulhas agrícolas; e
- ✓ Convênio 839.454 – 2016 – INCRA Objeto: Implantação de sistemas de abastecimento de água nos assentamentos rurais no Distrito Federal e RIDE.

Ainda dentro do programa temático, na área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural, a Secretaria de Agricultura realizou ações envolvendo qualificação e certificação de agricultores que resultou em 78 agricultores fomentados na transição agroecológica que anteriormente atuavam na produção convencional e foram feitas as concessões do Selo Brasília Alimento Seguro em 11 propriedades, além de 25 em fase de certificação. Foi também criado o Concurso de Boas Práticas Agropecuárias no Distrito Federal.

Relatório de Atividades da SEAGRI - Exercício 2016 (13291387) SEI 00070-00016332/2018-92 / pg. 10

Dentro das ações relacionadas à recuperação e manutenção de infraestruturas do meio rural, houve também a ampliação, assegurando não somente a recuperação dos sistemas coletivos de abastecimento de água para irrigação na infraestrutura de canais ultrapassando a meta anual de 15 km, atingindo 19,675 km, como também, a infraestrutura de mobilidade no meio rural através da execução direta de adequação e manutenção de estradas rurais ultrapassando a meta anual de 350 km, atingindo 428 km, conforme gráficos a seguir. Em 2016 foi possível a superação dessas metas devido à aquisição de máquinas pela Secretaria de Agricultura.





A realização de serviços de levantamento de terraços alcançou 3.800 metros lineares, atendendo todas as demandas solicitadas, sendo: Núcleo Rural Rodeador – Brazlândia 1.800 metros lineares e Núcleo Rural Pipiripau 2.000 metros lineares. Foram executados serviços de preparo de solos por demanda, sendo: 40 hectares de aração; 569,2 hectares de gradagem; 04 hectares de sulcagem; 50,2 metros quadrados de mistura de matéria orgânica em canteiros; 31 unidades de destoca; 03 hectares de construção de canteiros; 90 toneladas de distribuição de adubo; 04 hectares de sulcagem; 04 hectares de abertura de covas e também 90 covas individuais.

A Secretaria de Agricultura entregou, por meio de transferência de patrimônio, equipamentos agrícolas para as Administrações Regionais de São Sebastião e de Brazlândia para atendimento de serviços diversos a produtores rurais, sendo para:

- Administração Regional de São Sebastião:
  - ✓ 1 Carreta Agrícola em madeira;
  - ✓ 1 Trator Agrícola;
  - ✓ 1 Roçadeira Hidráulica;
  - ✓ 1 Grade Aradora de Arrasto;
  - ✓ 1 Pá Carregadeira;
  - ✓ 1 Perfurador de Solo;
  - ✓ 2 Carretas Agrícolas;
  - ✓ 1 Plantadeira Semeadora e Adubadora;
  - ✓ 2 Roçadeira Hidráulica;
  - ✓ 2 Sulcador de Linha;
  - ✓ 2 Cultivador; e
  - ✓ 1 Rolo Compactador de pé de carneiro duplo.
- Administração Regional de Brazlândia:
  - ✓ 1 Roçadeira Hidráulica;
  - ✓ 2 Pá Carregadeira;
  - ✓ 1 Grade Aradora de Arrasto;
  - ✓ 1 Carreta Tanque;
  - ✓ 2 Motoniveladora;
  - ✓ 1 Perfurador de Solo;
  - ✓ 1 Carreta Agrícola em madeira;
  - ✓ 1 Colhedora de Forragens;
  - ✓ 1 Sulcador de Linha;
  - ✓ 2 Plantadeira Adubadeira; e
  - ✓ 1 Distribuidora de Corretivo e Fertilizante.

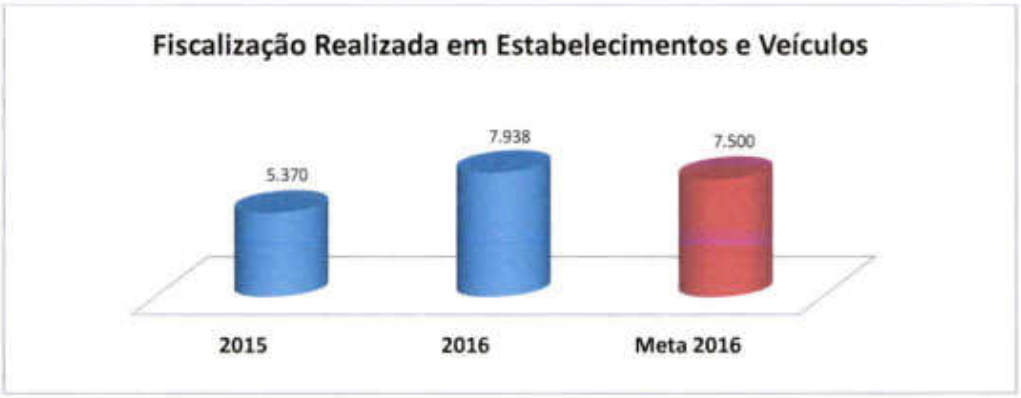
Ainda em 2016, na implantação e reforma de equipamentos públicos comunitários, destacou-se a melhoria no Parque de Exposições da Granja do Torto – PAGT para a realização da 2ª edição da Mostra Tecnológica da Pecuária do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) — PecBrasília (26 a 29/10/2016), com uma média de público de 700 pessoas por dia. A ação estimulou a cadeia produtiva da pecuária regional e retomou as atividades do local que não recebia exposições deste modelo há sete anos, estando representados seis segmentos: apicultura industrial, avicultura, bovinocultura de leite e de corte, caprinocultura, equideocultura e ovinocultura. Este ano foi também elaborado a RESOLUÇÃO N° 02/2016 que aprovou o Regulamento do PAGT e seguem os esforços para que o PAGT receba mais recursos de infraestrutura, ampliando a realização de eventos agropecuários nos próximos anos.

Já na área de Defesa Agropecuária compete a Secretaria de Agricultura planejar, propor políticas de fiscalização e normatizar a execução dos trabalhos de defesa agropecuária; dirigir a elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos, referentes à inspeção e sanidade animal e vegetal; fazer cumprir as normas e regulamentos sanitários; planejar, promover e supervisionar ações de educação sanitária e de conscientização da população relativas à defesa agropecuária. Destaca-se ainda a execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória, demandados pelo Ministério da Agricultura - MAPA em cada Estado da Federação, por meio de mapeamento e monitoramento de ocorrências fitossanitárias e zoosanitárias, para estudo epidemiológico, controle do trânsito animal e vegetal e de ações educativas sanitárias.

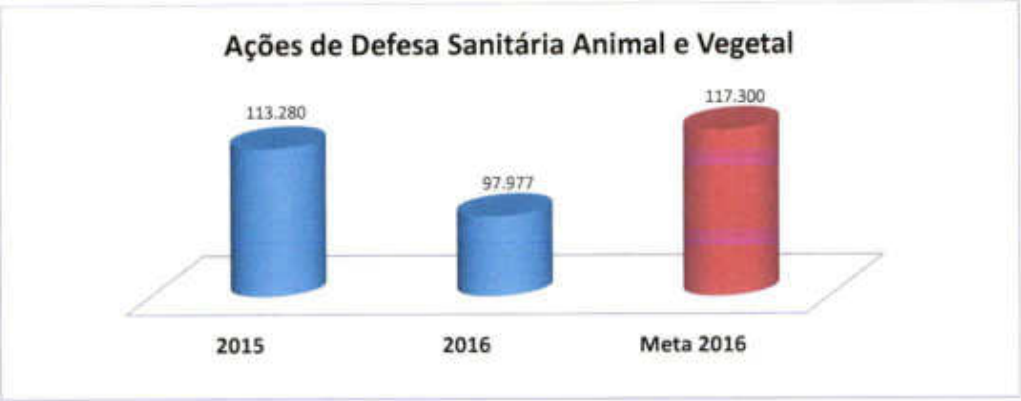
Sendo beneficiados os produtores rurais e criadores; os comerciantes de vacinas, vegetais, partes de vegetais e de agrotóxicos; a cadeia produtiva de flores, de suínos, leite, peixes, aves, de hortaliças, grãos e oleaginosas; bem como os frigoríficos, as agroindústrias de produtos de origem animal, vegetal e artesanal; os supermercados; os entrepostos; e principalmente o consumidor, por receber produtos de boa procedência e de boa qualidade.

Dentro do Programa Brasília Competitiva, a Secretaria de Agricultura tem ainda como objetivo garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras do Distrito Federal, para evitar a entrada e proliferação de doenças que possam comprometer a produção agropecuária e a qualidade dos produtos destinados ao consumo da população.

A Secretaria de Agricultura realizou 1.422 ações de inspeção e fiscalização sanitária em agroindústrias de produção de produtos de origem vegetal e animal. Foram elaboradas 921 Notas Técnicas relacionadas à rotulagem, à avaliação de plantas e às condições de funcionamento de alguns estabelecimentos. Além disso, foram protocoladas 89 plantas de reforma e/ou construção de agroindústrias, 1.408 formulários de rotulagem e, ainda, foram autuados 17 processos de registros de novas agroindústrias. Foram atendidas 21 denúncias de transporte irregular de produtos ou de unidades de processamento clandestino no Distrito Federal. Em um total de 138 fiscalizações realizadas em veículos, tanto em horário diurno quanto noturno, foram fiscalizados 6.516 veículos, destes foram autuados 25 veículos que transportavam produtos em desacordo com a legislação sanitária. Em relação às ações de fiscalizações realizadas em estabelecimentos e veículos a Secretaria de Agricultura superou em 5,84% a meta estimada para o ano de 2016, conforme mostra o gráfico a seguir:



Em relação às ações de defesa sanitária animal e vegetal cumpriu-se 83,5% da meta prevista para o ano de 2016, e comparando com o ano de 2015 teve uma redução de 13,5%, conforme aponta o gráfico a seguir. Apesar de não ter atingido a meta, em 2016 houve um aumento na quantidade de fiscalizações realizadas na área de defesa sanitária animal e a Secretaria de Agricultura passou a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. Em 2016, houve um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em aproximadamente 300 propriedades. A barreira móvel mostrou melhora significativa em eficiência, evidenciada pelo aumento na quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos. A maior parte dos autos de infração emitidos no ano de 2016 foi decorrente de apreensões de animais pela barreira móvel.



No caso das ações de Defesa Sanitária Vegetal, algumas atividades são diretamente relacionadas à demanda do setor, e por isso houve uma redução em 2016 no número de atendimento de denúncias, na inscrição de unidades de produção para emissão do Certificado Fitossanitário de Origem, e também no número de CFOs emitidos. A redução do número de unidades de consolidação inscritas teve por consequência a redução da emissão das Permissões de Trânsito de Vegetais (PTV) e das fiscalizações dessas unidades. Foram realizados dois levantamentos fitossanitários em 2016 em relação aos 4 realizados em 2015, reduzindo assim, a área inspecionada e o número de amostras enviadas aos laboratórios. No entanto, o Distrito Federal mantém-se como área reconhecida de livre ocorrência de pragas de importância econômica.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**5.000.000**	**24.312**	**0**	**0**
0014 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	5.000.000	24.312	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**696.000**	**1.716.787**	**1.691.862**	**1.546.185**
0031 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	696.000	1.716.787	1.691.862	1.546.185
TOTAL DO PROGRAMA0001	**5.696.000**	**1.741.099**	**1.691.862**	**1.546.185**

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**80.000**	**0**	**0**	**0**
2487 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	80.000	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**20.000**	**14.416**	**0**	**0**
5301 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	20.000	14.416	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**134.500**	**36.977**	**21.714**	**21.714**
2566 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	134.500	36.977	21.714	21.714
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	**10.000**	**7.208**	**0**	**0**
9709 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**20.000**	**6.487**	**0**	**0**
1432 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	20.000	6.487	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**9.500**	**137.000**	**37.416**	**37.416**
0003 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-APOIO À AQUISIÇÃO DE METERIAIS, E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ESCOLINHA-DISTRITO FEDERAL	0	74.000	0	0
0005 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-APOIO À REALIZAÇÃO DA OBRA DO BANHEIRO DA SDR-DISTRITO FEDERAL	0	50.000	37.416	37.416
9659 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	9.500	13.000	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**30.000**	**0**	**0**	**0**
0011 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	30.000	0	0	0
4231 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL	**10.000**	**6.487**	**0**	**0**
0002 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- PLANO PILOTO .	10.000	6.487	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**99.652.845**	**79.274.634**	**69.989.588**	**69.989.588**
0004 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	99.652.845	79.274.634	69.989.588	69.989.588
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**4.225.032**	**2.677.232**	**2.617.808**	**2.617.808**
0005 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	4.225.032	2.677.232	2.617.808	2.617.808
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**3.111.881**	**3.323.494**	**3.312.567**	**3.090.295**
0004 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	3.111.881	3.323.494	3.312.567	3.090.295
TOTAL DO PROGRAMA 6001	**107.303.758**	**85.483.936**	**75.979.093**	**75.756.821**

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3100 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	**10.000**	**1.510.928**	**0**	**0**
0003 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10.000	1.510.928	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**10.000**	**4.176.846**	**1.507.897**	**1.507.897**
9580 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-ESTRUTURAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DO DF E RIDE-DISTRITO FEDERAL	10.000	4.176.846	1.507.897	1.507.897
4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	**710.000**	**300.000**	**154.101**	**154.101**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
0002 - APOIO A PROJETOS DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO	700.000	300.000	154.101	154.101
TOTAL DO PROGRMA6208	**730.000**	**5.987.774**	**1.661.998**	**1.661.998**

Na busca da consolidação do processo de regularização das ocupações das glebas públicas rurais, ou com características rurais inseridas em Zona Urbana, pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal, ou da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), a Secretaria de Agricultura contou com os esforços das unidades envolvidas no processo de regularização no sentido de rever os seus procedimentos administrativos com o objetivo de aperfeiçoar e dar mais celeridade ao processo.

Assim, no âmbito da Secretaria de Agricultura foram propostas diversas minutas com o objetivo de modificar e aprimorar as normas em vigor. Dessa forma, por meio do processo nº 070.002.050/2015 foi proposto à alteração do Decreto Distrital nº 34.931/2013, que regulamentou a Lei Distrital nº 2.689/2001, sendo que este texto traria impactos diretos na regularização das glebas inseridas em Zona Rural. Por outro lado, em relação às glebas com características rurais inseridas em Zona Urbana foi proposto, por meio do processo nº 070.001.895/2015, a alteração do Decreto Distrital nº 32.555/2010 que regulamentou o art. 278 da Lei Complementar nº 803/2009, alterado pela Lei Complementar nº 854/2012 – Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Ainda em relação a estas glebas foi proposto o decreto regulamentador aplicado a estas áreas, o qual seria análogo ao Decreto nº 34.931/2013, por meio do processo nº 070.002.033/2015.

Ademais, foram encaminhadas propostas de alteração de normas de abrangência restrita a esta Secretaria. Então, com o intuito de se aprimorar a Portaria SEAPA nº 25/2011, foram propostas duas portarias. A primeira, encaminhada por meio do processo nº 070.000.327/2016, propõem o estabelecimento dos procedimentos administrativos visando à instrução de processos de regularização das ocupações de glebas públicas rurais e das glebas públicas com características rurais inseridas em zona urbana no Distrito Federal. Já a segunda, encaminhada por meio do processo nº 070.000.326/2016, propõem o estabelecimento dos procedimentos administrativos para o recebimento e análise do Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU e do Parecer Técnico. Ressaltamos que estas normas abrangem os procedimentos iniciais da regularização das ocupações até a declaração da legítima ocupação.

Por outro lado, em relação à celebração do contrato de concessão de direito de uso oneroso (CDU), ou do contrato de direito real de uso (CDRU) das glebas pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal foi proposta, por meio do processo nº 070.002.057/2015, a portaria que dispõe sobre os critérios e a uniformização dos procedimentos legais para concessão de uso e de direito real de uso de imóveis rurais de propriedade do Distrito Federal, com ou sem opção de compra, diretamente ou por meio de Licitação Pública. E ainda, por meio do processo nº 070.002.056/2015 foram propostas as minutas dos contratos CDU e CDRU.

No entanto, tendo em vista a proposição do texto que institui a nova Política de Regularização das Terras Públicas Rurais Pertencentes ao Distrito Federal, ou à TERRACAP, optou-se por sobrestar todos os processos que continham as minutas de alterações das normas vigentes ou das proposições novas normas. Esta nova política de regularização foi proposta pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Distrital nº 36.991/2015, e os seus trabalhos foram sintetizados no processo nº 070.001.769/2015. Participaram deste grupo de trabalho a Secretaria de Agricultura e diversos outros órgãos e entidades da Administração do Governo do Distrito Federal, além de órgãos e entidades da União, ainda, Tribunal de Justiça, Ministério Público, e também entidades da sociedade civil organizada. O trabalho deste grupo resultou na edição do Projeto de Lei nº 1.281/2016, que foi aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Então, após a promulgação da lei a expectativa desta Secretaria é que as minutas com as proposições de normas sejam retomadas.

Há ainda que se destacar que foi modelado o fluxograma do processo de regularização das glebas rurais, por meio do software Bizagi, que é uma ferramenta de modelagem de processos de negócio. Posteriormente, esse fluxograma foi analisado e debatido, e assim, foi remodelado o processo atual, otimizando-se procedimentos administrativos e tramitações de processos. Desta forma, o processo que levava em média 255 dias para ser concluído, passou para 120 dias. Foi proposta ainda a modelagem do processo de regularização das glebas com características rurais inseridas em Zona Urbana, além da modelagem do processo de fiscalização que abrange todas as glebas tanto as da zona urbana, quanto as da Zona Rural.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTUTA E SUSTENTABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	**160.000**	**1.450.892**	**199.163**	**199.163**
5607 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA ACRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	1.250.892	0	0
5608 - CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS EM BRAZLÂNDIA	150.000	200.000	199.163	199.163
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	**0**	**150.000**	**0**	**0**
6035 - CONSTRUÇÃO DE POÇO ARTESIANO NA GRANJA DO IPÊ - PARK WAY	0	150.000	0	0
TOTAL DO PROGRMA6210	**160.000**	**1.600.892**	**199.163**	**199.163**

Dentro do programa temático, a ação de promover a reabilitação ambiental na área rural do Distrito Federal por meio de revegetação nativa / Reflorestar atingiu sua meta de 90 hectares este ano. Diversas ações de sustentabilidade envolvendo qualificação e certificação de agricultores resultou em 78 agricultores fomentados na transição agroecológica que

Relatório de Atividades da SEAGRI - Exercício 2016 (13291387) SEI 00070-00016332/2018-92 / pg. 15

anteriormente atuavam na produção convencional e foram feitas as concessões do Selo Brasília Alimento Seguro em 11 propriedades, além de 25 em fase de certificação. Foi também criado o Concurso de Boas Práticas Agropecuárias no DF.

Foi feita a implementação da Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica - PDAPO, com a elaboração e seu lançamento. Foram desenvolvidas ações envolvendo a atividade de criação de peixes/Piscicultura, desde a capacitação de 394 interessados, no total de 12 treinamentos, além de ações visando fortalecer o núcleo de piscicultura e pecuária da Granja do Ipê, o que irá transformá-la em 2017 em Centro de Referência em Piscicultura.

A meta 2016 referentes às ações de implantação de 02 polos agroindustriais no DF até 2019 foi atingida nos 02 Polos: Núcleo do Rio Preto e na Região do PAD-DF. Foram feitas as Notas Técnicas e aberto os processos, com as Reuniões nas comunidades onde foram feitas apresentações e discutidos direcionamentos e colhidas propostas para aperfeiçoamento dos projetos em 2017, com bases no anseio público e visando à implantação.

Dentro da ação de ampliar o número e adequar os reservatórios de água para agricultores, foram construídos 02 novos reservatórios na BR 251 km 05 – AgroBrasília - Rodovia Júlio Garcia; 01 reparo no reservatório na DF 250 km 7,5 Chácara R em Paranoá; 01 novo reservatório na DF 250 km 8,5 – Chácara Canaã nº7; 01 novo reservatório no Assentamento Pequeno Willian em Planaltina; 01 novo reservatório no Núcleo Rural Fazenda Larga em Planaltina e 01 reparo no reservatório do Assentamento Nova Vitória em São Sebastião, assim sendo atendidos dentro da demanda ocorrida em 2016.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**130.000**	**137.092**	**137.091**	**121.193**
0019 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	130.000	137.092	137.091	121.193
TOTAL DO PROGRAMA6211	**130.000**	**137.092**	**137.091**	**121.193**

O Programa de Trabalho 20.421.6211.2426.0019 – Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família tem como finalidade assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Secretaria de Agricultura, conforme contrato de prestação de serviços n° 02/2013 firmado com a FUNAP.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	**200.000**	**220.000**	**0**	**0**
0001 - APOIO À CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO FETRAF-DFE	200.000	0	0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COMUNITÁRIO NO SETOR RURAL AGUILHADA DO ASSENTAMENTO PINHEIRAL - RAXIV - DISTRITO FEDERAL	0	220.000	0	0
TOTAL DO PROGRMA 6228	**200.000**	**220.000**	**0**	**0**

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

No ano de 2016 a Secretaria de Agricultura prestou contas de 05 Convênios/Contratos de Repasse de números SICONV, 778560, 804485, 805655, 771226 e 771370, devido à finalização da execução dos mesmos, permanecendo 12 Convênios/Contratos de Repasse em vigência, somando um montante de R$ 42.556.646,24, conforme quadro seguinte.

Informamos que existem, além dos Convênios/Contratos de Repasse abaixo relacionados, 09 Propostas/Pré-Convênios em andamento para assinatura somando um montante de R$ 16.696.759,98.

nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Total dos Recursos
771685	Aquisição de máquina classificadora.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	537.685,32	59.742,82	597.428,14
771686	Aquisição de patrulha móvel para tratamento de resíduos sólidos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	481.570,19	129.129,81	610.700,00

Relatório de Atividades da SEAGRI - Exercício 2016 (13291387) SEI 00070-00016332/2018-92 / pg. 16

nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Total dos Recursos
832958	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários para fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.072.500,00	11.950,00	1.084.450,00
794371	Aquisição de máquinas e equipamentos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	975.000,00	243.750,00	1.218.750,00
795520	Aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilizaçãode serviços de mecanização, aquisição de maquinário e construção de edificações para apoio ao transporte e comercialização da produção.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	18.691.389,42	983.757,34	19.675.146,76
833391	Aquisição de patrulha agrícola.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	144.342,51	144,49	144.487,00
808705	Aquisição de máquinas e equipamentos (patrulha motomecanizada).	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.462.500,00	47.500,00	1.510.000,00
835505	Apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o fortalecimento das ações de Defesa Agropecuária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	999.740,00	53.000,00	1.052.740,00
764040	Recuperação da bacia hidrográfica do Ribeirão Pipiripau - Programa Produtor de Águas.	Ministério da Pesca e Aquicultura / Agência Nacional de Águas	2.000.000,00	284.580,00	2.284.580,00
776528	Implantação do Centro de Referência em Psicultura do RIDE/DF com objetivos de reformar e ampliar o laboratório de pesquisa e reprodução de peixe da Granja do Ipê e ampliar a unidade de Comercialização de Pescado de Brasília na CEASA/DF.	Ministério da Pesca e Aquicultura	3.003.836,50	1.457.454,26	4.461.290,76
776751	Aquisição de veículos, caminhões, equipamentos e construção de 6 (seis) unidades de recebimento e distribuição de alimentos no âmbito do Distrito Federal e consultoria gerencial para 6 (seis) organizações de produtores rurais do Distrito Federal.	Ministério da Integração Nacional	5.305.498,58	589.475,00	5.894.973,58
795760	Construção e implantação de um Centro de Capacitação de Assentados da Reforma Agrária.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.000.000,00	1.022.100,00	4.022.100,00
TOTAL			**37.674.062,52**	**4.882.583,72**	**42.556.646,24**

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O **SISTEMA PÚBLICO DA AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL** é constituído pela **Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI**, cuja estrutura contempla cinco Subsecretarias, e suas empresas vinculadas, a **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER**, com o papel da transferência de conhecimento e de tecnologias, e as **Centrais de Abastecimento de Brasília – CEASA**, que contribui para a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal.

Figura 1: O Sistema Público de Agricultura do Distrito Federal.

O foco de trabalho do Sistema Público da Agricultura do Distrito Federal é a geração de renda no campo, como estratégia de favorecer a permanência ativa e sustentável das famílias no espaço rural. Assim, podemos destacar, de forma objetiva, os principais alcances no ano de 2016 e as perspectivas para 2017.

Na área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

A Secretaria de Agricultura desenvolveu diversas ações para implantar políticas públicas e alcançou diversas conquistas no ano de 2016, a seguir destacamos as principais conquistas na área de Agricultura e Desenvolvimento Agrário obtidas, como:

- ✓ Entrega dos contratos de concessão de uso probatório das 23 famílias assentadas no Assentamento Santarém;
- ✓ Criação do assentamento Patrícia e Aparecida que beneficiará 24 famílias;
- ✓ Alteração do decreto do PRAT;
- ✓ Alteração do decreto do Assentamento Estrela da lua, aumento de 5 para 7 unidades;
- ✓ Articulação do Crédito Fundiário;
- ✓ Entrega de Insumos em assentamentos;
- ✓ Apoio aos eventos do Projeto Movimento Agroecológico 2016, do 1º encontro de Agrofloresta do Distrito Federal e Entorno e do 1º Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária do Distrito federal e Entorno;
- ✓ Contratação de projeto executivo do Convênio com o INCRA, no valor de R$ 99.000,00 com finalidade de Construir o Centro de Capacitação de Assentados que irá atender a reivindicação dos movimentos sociais e das famílias acampadas no Distrito Federal;
- ✓ Aquisição de 5 patrulhas mecanizadas, 9 cultivadores mecanizados (mini tratores com implementos) com a finalidade de promover o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Distrito Federal por meio de fomento à mecanização agrícola nos assentamentos rurais;
- ✓ Exposição AgroBrasília realizada no PADF em parceria com a EMATER. Houve atendimento aos Agricultores dos Núcleos Rurais sobre assuntos concernentes à produção de hortifrutigranjeiros e outros produtos relacionados à Agricultura Familiar; e
- ✓ Diante das demandas, a Secretaria de Agricultura obteve êxito durante todo o ano de 2016, onde: 2.299 produtores familiares foram beneficiados por meio de ações desta Secretaria.

Exemplos de bens adquiridos pela Secretaria de Agricultura:

As perspectivas para 2017 são a execução dos contratos de repasse e os convênios vigentes. Em relação às compras institucionais, pretende-se cumprir as metas acordadas. Quanto ás entregas de insumos, as perspectivas são a entrega de pelo menos 1000 m³ de aparas de poda e de composto orgânico de lixo – COL aos agricultores familiares e assentados.

Na área de Defesa Agropecuária

Assim como em 2015, no ano de 2016 a falta de veículos para a realização de fiscalizações em estabelecimentos de produção de produtos de origem vegetal e animal e em veículos que transitam nas rodovias do Distrito Federal interferiram negativamente na execução das atividades, comprometendo o atendimento das demandas pertinentes dessa área e impedindo o crescimento das atividades. De forma análoga, o número de servidores disponíveis para a realização das atividades diminuiu bastante, o que compromete o crescimento das ações de defesa sanitária e de inspeção. A título de exemplificação, em 2016 a lotação da Gerência de Sanidade Vegetal teve redução de 25% do seu efetivo, com aposentadorias e remanejamento de servidores, o que interferiu no desempenho das atividades e reduziu o número de fiscalizações de comércio e uso de agrotóxicos. É extremamente necessária a ampliação do quadro de analistas (engenheiros agrônomos, veterinários, zootecnistas), técnicos agropecuários e administrativos, e a análise da possibilidade de terceirização de alguns serviços para permitir que as atividades possam se desenvolver com maior eficiência, eficácia e qualidade aos usuários do Sistema Agricultura.

De modo geral, as maiores dificuldades encontradas giraram em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, e que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da Secretaria de Agricultura, relacionados aos procedimentos de aquisição. É fundamental observar a recorrência de dificuldades no andamento de procedimentos licitatórios, causando impactos notáveis na produtividade do serviço público e comprometendo a utilização de recursos oriundos de fontes diversas, inclusive aquelas de convênio.

Cabe ressaltar que foi observada uma diminuição de ações de processamento, transporte e comércio de produtos clandestinos de produtos de origem vegetal e animal no ano de 2016. Esse fato pode ter sido impulsionado pelas ações de educação sanitária e as orientações realizadas tanto nas ações em trânsito quanto nas ações de fiscalização de estabelecimentos que visa orientar e educar produtores, manipuladores e transportadores dos produtos alimentícios de origem vegetal e animal. A Secretaria de Agricultura conseguiu captar recursos por meio de convênio com o Ministério da Agricultura, o que possibilitará a aquisição de veículos para ampliar as ações de fiscalização, e câmara fria para aumentar a capacidade de armazenamento dos produtos apreendidos durante as fiscalizações de veículos.

Ocorreram também avanços no desenvolvimento de propostas de novas normativas para as atividades da Secretaria de Agricultura, como a construção da proposta de portaria que visa formalizar o processo de doação e inutilização dos produtos apreendidos em decorrência de infrações sanitárias, o encaminhamento da nova lei de inspeção de produtos de origem vegetal e animal para a Câmara Legislativa, a revisão da Lei Complementar que regula o Fundo Distrital de Sanidade, a criação da lei de apreensão de animais, a revisão da lei de agrotóxicos e a alteração no decreto vegetal que prevê o registro de micro estabelecimentos produtores de bebidas.

O que mais impactou na diminuição do número de ações de defesa sanitária animal e vegetal foi o número de Guias de Trânsito Animal - GTAs emitidas: foram quase 10.000 guias emitidas a menos durante o ano. A diminuição na emissão das GTAs foi observada nas empresas de aves e suínos em que os veterinários habilitados são os responsáveis pela emissão. A crise econômica que o país vive foi o fator que mais influenciou nessa queda, já que uma empresa de avicultura suspendeu suas atividades durante boa parte do ano, e as demais empresas diminuíram muito a quantidade de animais alojados em granjas.

Relatório de Atividades da SEAGRI - Exercício 2016 (13291387) SEI 00070-00016332/2018-92 / pg. 20

Destacam-se ainda os esforços da Secretaria de Agricultura para ampliar o acesso do sistema Sidagro para toda a população. Assim, os médicos veterinários habilitados foram devidamente treinados e já estão usando rotineiramente o sistema para emissão da GTA online desde setembro de 2016. Além disso, em 31/10/2016, foi lançado o módulo Sidagro Produtor, que permite que o produtor declare as vacinações contra febre aftosa e raiva, emissão de GTA dos animais dos rebanhos de sua propriedade (bovinos, bubalinos, suínos, ovinos e caprinos), entre outras ações. Em menos de dois meses, quase 300 produtores já possuíam acesso ao sistema, e esse número vem se ampliando a cada dia. Para 2017, entre outras metas, espera-se habilitar o Sidagro Produtor para a emissão de GTA de equídeos e ampliar o acesso do público ao sistema online, objetivando melhor atender a população e aumentar a execução e eficiência das atividades da Secretaria de Agricultura.

Espera-se para 2017 a intensificação da fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins almejada pela sociedade. Isso se concretizará com a implantação do módulo vegetal do Sidagro, já em fase de testes, e a inserção de módulo no sistema para a emissão de PTV pelo próprio usuário. Esse sistema ainda sistematizará os dados de cadastro de propriedades de exploração agrícola para direcionar as ações de fiscalização. Por fim, é esperado que seja realizado, em 2017, o monitoramento de resíduos de agrotóxicos em consonância com o programa de Boas Práticas Agrícolas em andamento, para que a população do DF possa a cada dia mais consumir produtos seguros e de qualidade.

Na área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Dentro das ações propostas, observa-se que houve desempenho e resultados alcançados em aproximadamente 70% das ações, considerando que no prazo dos projetos existem várias ações com projetos em andamento que não podem ser concluídos devido à continuidade no ano que vem, assinalando uma ótima perspectiva de entregas em 2017. As principais dificuldades (naturais) em alguns projetos, foram: tempo de tramitação legislativa e alteração de pessoas/cargos que lideravam projetos.

Na área de Regularização e Fiscalização Fundiária

De modo geral as realizações alcançadas ficaram abaixo do desejado. No entanto, deve-se assinalar que em relação aos documentos de legitimação ocupação, neste ano, até o momento foram autuados 279 processos de regularização de ocupações rurais. Desse total, 73 foram declarados legítimos ocupantes, 167 estão tramitando dentro do fluxo, 26 foram indeferidos (por parcelamento irregular do solo, não comprovação de ocupação), 11 estão inseridos em área não pertencente ao patrimônio da TERRACAP ou do Distrito Federal, 2 foram arquivados por duplicidade de processo. Além disso, em relação ao passivo de processos de regularização, já foram realizados 2.861 despachos, e 1.376 notificações.

Ressaltamos que embora a meta numérica para o ano de 2016 não tenha sido alcançada, a análise do quadro a seguir demonstra que o índice de eficiência por ano, ou período analisado, aproxima, ou supera, alguns anos ou períodos anteriores.

Dados da regularização das ocupações

Indicadores / Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2009-2014	2015-2016	**2016**	Total 2009-2016	Quantidade de processos excluindo-se os arquivados
Quantidade de processos autuados	43	330	1.461	1.343	553	557	280	4567	519	**279**	4806	4368
Quantidade de CLO	0	82	122	257	240	338	101	1140	175	**81**	1214	1200
Proporção de CLO por quantitativo de processo autuado em %	0	24,84	8,35	19,13	43,39	60,68	36,07	24,96	33,71	**29,03**	25,26	27,47

Obs.: Índice de alcance de legitimação de ocupação em relação ao quantitativo de processos autuados por ano ou por período considerado. Foi levada em consideração a razão de processos autuados pelo quantitativo de legitimação de ocupação.

A regularização fundiária no Distrito Federal tem passado por um processo de descrédito ao longo dos anos. Muitos dos ocupantes de glebas públicas desconhecem os rumos atuais da regularização de ocupação e fundiária praticadas por esta Secretaria de Agricultura e pela TERRACAP, além de desconhecerem, desacreditarem ou ignorarem a legislação em vigor. Esse desconhecimento faz com que muitos dos ocupantes não venham intentar a regularização, outros tantos destes creem que ainda possuem contrato válido com a extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF), outros ainda acreditam que por terem adquirido cessão de direitos de posse de outros ocupantes – por meio de instrumento particular de cessão de direitos – já são proprietários da terra. Todas essas questões têm influenciado na desistência do ingresso no processo de regularização.

Relatório de Atividades da SEAGRI - Exercício 2016 (13291387) SEI 00070-00016332/2018-92 / pg. 21

Além disso, deve-se assinalar o reduzido quadro de pessoal desta Secretaria que se contrapõem à alta demanda de atividades que o processo de regularização impõe.

Umas das perspectivas que deve ser alcançada é o significativo incremento no quantitativo de servidores lotados nas unidades desta Secretaria, para que se possa equalizar a elevada demanda de serviços/atividades a se desenvolver e o quantitativo de servidores necessários para o bom desempenho das mesmas.

Outra perspectiva é a alteração e/ou edição de normas relacionadas à regularização das ocupações. Sendo que, algumas dessas alterações ou mesmo novas normas já foram redigidas e encaminhadas para análise e deliberação. Já outras propostas de normas estão em fase de finalização para posterior encaminhamento.

Convém ainda mencionar que de um total de cerca de 4.000 processos de regularização, ou de áreas regularizáveis, já existem cerca de 1.280 áreas com certificações, ou seja, com Certificado de Legitimação de Ocupação.

Ademais, o Projeto de Lei aprovado pela CLDF dispõe em um de seus dispositivos que o ocupante terá um prazo de até dois anos para ingressar nesta Secretaria de Agricultura com o pedido de regularização de ocupação, caso este não seja realizado o atual ocupante de glebas públicas estará alijado da regularização nos termos da Lei Federal nº 12.024/2009 e da Lei Distrital publicada.

Agora, passamos às justificativas em relação aos resultados alcançados neste ano de 2016 em relação às metas traçadas:

a) Regularização fundiária de áreas públicas rurais com a entrega de 200 Documentos de Legitimação da Ocupação

No ano de 2016 foram realizadas 81 declarações de legítima ocupação, no entanto, a meta estabelecida para o ano seria de 200 certificações. Esse baixo resultado se deve a inúmeros fatores, dentre estes:

I) A baixa credibilidade no processo de regularização por parte dos ocupantes que acabam influenciando na redução de novos processos ou prosseguimento dos processos de regularização ou, até na desistência do processo em curso;

II) O avanço do parcelamento irregular de solo que pressiona parte dos ocupantes a desistirem da utilização da terra; e,

III) O reduzido quadro de pessoal para a realização de todas as atividades relacionadas à regularização das áreas rurais, ou com características rurais inseridas em Zona Urbana e a falta de recursos materiais e equipamentos.

Ademais, há uma expectativa que, com a iminente celebração de termo de cooperação técnica com a Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE-DF), o processo de regularização ganhe mais celeridade e dinamismo, e principalmente confiança por parte dos ocupantes das áreas rurais do DF.

Contudo, há uma expectativa que com a sanção da Lei que Institui a Política de Regularização, aprovada pela Câmara Legislativa, o processo de regularização ganhe mais celeridade e dinamismo, e principalmente confiança por parte dos ocupantes das áreas rurais do DF e, assim, as áreas rurais sejam regularizadas.

b) Elaboração da política de regularização das áreas públicas rurais do DF

A política de regularização das áreas públicas rurais do DF foi elaborada pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Distrital nº 36.991, de 17 de dezembro de 2015, cujos trabalhos constam no processo administrativo nº 070.001.769/2015. Constituíram o Grupo de Trabalho diversos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal e da União, além de entidades da sociedade civil organizada, ainda contribuíram com os trabalhos diversos servidores desta Secretaria. Assim, ao final dos trabalhos foi apresentada à Casa Civil a minuta do texto, que seguiu para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, tornando-se o Projeto de Lei nº 1.281/2016. O PL foi aprovado e aguarda sanção do Governador do Distrito Federal.

c) Entrega de 2.250 CDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

A elaboração e assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, documento máximo da regularização das ocupações rurais, atualmente, está a cargo da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) em relação às terras pertencentes ao seu patrimônio. Esse contrato só é possível após a realização do acertamento fundiário, que está a cargo da proprietária da terra. Dessa forma, somente a TERRACAP é capaz de celebrar o CRDU das terras pertencentes ao seu patrimônio. Assim, a inclusão desses contratos nas metas desta Secretaria torna-se um equívoco, pois é uma atividade que não está sob o seu controle. Esta Secretaria é responsável só pela análise dos processos de regularização, limitando-se no momento apenas à declaração de legítima ocupação, momento em que a Administração atesta a regularidade do processo administrativo, estando este apto à celebração de contrato de concessão de uso oneroso – CDU - ou de CRDU.

Por outro lado, foi elaborada e proposta minuta de termo de cooperação a ser firmado com aquela Companhia no qual a Secretaria de Agricultura passará a celebrar o CDU das terras pertencentes à TERRACAP, permanecendo a CDRU a cargo daquela Empresa.

As terras pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal objeto do mesmo processo de regularização fundiária, contudo, a área total é diminuta em relação àquela pertencente à TERRACAP. Assim, se for considerado a dimensão e as ocupações existentes nestas áreas pertencentes ao Distrito Federal, o quantitativo descrito nas metas está superdimensionado. No momento está sendo realizado o trabalho de acertamento fundiário da Fazenda Várzeas, localizada em Planaltina, que, num primeiro momento, resultará na celebração de 24 CDRU.

Na área de Administração Geral

Um dos aspectos relevantes que devem ser ressaltados no diagnóstico do desenvolvimento da Secretaria de Agricultura, diz respeito ao significativo aumento no nível de escolarização da sua força de trabalho, traduzindo um excelente resultado da política de valorização dos servidores do Distrito Federal.

Anota-se que a Gratificação por Habilitação em Atividades Agropecuárias – GHAA e a Gratificação por Habilitação em Planejamento Urbano – GHPU, instituídas, respectivamente, pelas Leis distritais n.ºs 5.195/2013 e 5.218/2013, concedidas aos portadores de títulos, diplomas ou certificados obtidos mediante conclusão de cursos de ensino médio, graduação, especialização, mestrado e doutorado, estão servindo de importante incentivo aos servidores quanto à busca da constante qualificação profissional. Veja-se o quadro abaixo:

Escolaridade	Quantidade (*)	%
Doutorado	001	0,18
Mestrado	033	5,95
Especialização	177	31,89
Ensino Superior	100	18,02
Ensino Médio	99	17,84
Ensino Fundamental	136	24,50
Sem instrução	009	1,62
Total	**555**	**100**

(*) servidores que possuem matrícula no SIGRH (incluindo requisitados e sem vínculo).

Salienta-se que no exercício de 2015, **48,64%**do quadro possuía títulos de graduação e pós-graduação (stricto e lato sensu); **22,28%** nível médio e **29,08%** ensino fundamental/sem instrução. Comparativamente a 2016, **56,04%** possuem títulos de graduação e pós-graduação (stricto e lato sensu); **17,84%** nível médio e **26,12%** ensino fundamental/sem instrução.

O Adicional de Qualificação – AQ, criado pela Lei nº 4.426/2009, também tem estimulado os servidores a se aperfeiçoarem de forma contínua. Atualmente **323** recebem o benefício, o que corresponde a **62,96%** do quadro de efetivos.

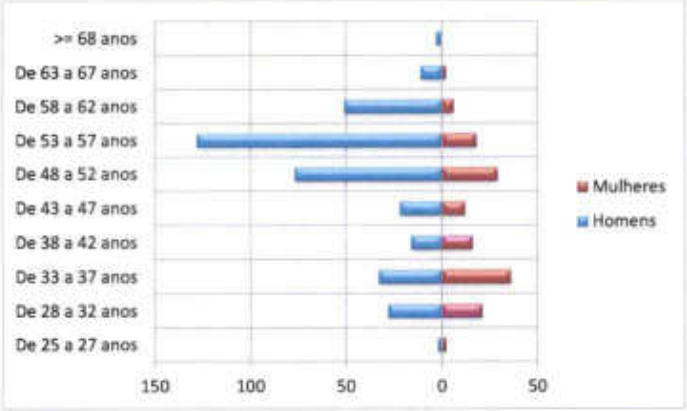
No tocante à estrutura etária, foi verificado que **63,35%** da força de trabalho está nas faixas de 48 a 68 anos de idade. Esse cenário merece atenção especial, já que tais faixas etárias contemplam servidores que detêm direito à aposentadoria voluntária ou que estão próximos a esta condição.

Tendo em vista o risco de redução de sua força de trabalho nos próximos anos, a SEAGRI deve se mobilizar visando a aprovação de novo concurso que venha a substituir esses servidores, de modo a recompor o seu quadro de pessoal.

Relatório de Atividades da SEAGRI - Exercício 2016 (13291387) SEI 00070-00016332/2018-92 / pg. 23

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
25 a 27	02	02	04
28 a 32	28	21	49
33 a 37	33	36	69
38 a 42	16	16	32
43 a 47	22	12	34
48 a 52	77	29	106
53 a 57	128	18	146
58 a 62	51	06	57
63 a 67	11	02	13
>= 68 anos	03	00	03
Total	**371**	**142**	**513**

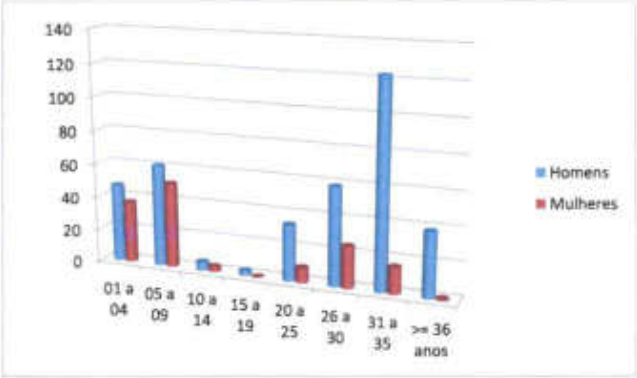
(*) estão inclusos apenas servidores de carreira.



Nota-se, no quadro seguinte, que 179 servidores da SEAGRI/DF possuem mais de 30 anos de serviço público, podendo já terem preenchidos os critérios de aposentadoria. Esses dados convergem com as informações citadas no tópico anterior, reforçando a urgente necessidade de realização de concurso público para a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária.

Tempo de Serviço	Homens	Mulheres	Total
01 a 04	47	37	84
05 a 09	61	51	112
10 a 14	05	03	08
15 a 19	03	00	03
20 a 25	34	09	43
26 a 30	59	25	84
31 a 35	123	16	139
>= 36 anos	39	01	40
Total	**371**	**142**	**513**

(*) estão inclusos apenas servidores de carreira.



O demonstrativo adiante nos mostra o crescente quantitativo de aposentados e pensionistas nos últimos 08 (oito) anos:

Referência	Aposentados	Pensionistas	Total
Dezembro/2009	510	295	805
Dezembro/2010	529	317	846
Dezembro/2011	535	347	882
Dezembro/2012	556	359	915
Dezembro/2013	583	368	951
Dezembro/2014	593	376	969
Dezembro/2015	612	383	995
Dezembro/2016	643	347	990

Vale destacar, ainda, que no mês de dezembro/2016 48 servidores estão recebendo Abono de Permanência.

Os servidores efetivos que compõem a força de trabalho da Secretaria de Agricultura estão distribuídos pelas carreiras de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária e Políticas Públicas e Gestão Governamental, conforme tabela a seguir:

Carreiras	Cargos	Quantidade
Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária	Analista	076
	Técnico	243
	Auxiliar	177
Subtotal		**496**
Políticas Públicas e Gestão Governamental	Gestor	03
	Analista	09
	Técnico	05
Subtotal		**17**
Total		**513**

Verifica-se que a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária é composta praticamente por técnicos (243) e auxiliares (177), fato que demonstra a necessidade de contratação de novos analistas (76) para fomentar as atividades finalísticas desta Secretaria, principalmente na área de defesa agropecuária.

O ano de 2016 foi bastante desafiador em todos os sentidos, principalmente para a área de manutenção e Administração Geral, pois mesmo diante de diversas dificuldades que se acumulam ao longo dos anos, tendo aumentado consideravelmente no exercício de 2015, e ainda do agravamento da crise financeira que assola o país, em especial o Governo do Distrito Federal, ainda assim conseguimos neste exercício promover ações relevantes, executando manutenção corretiva e preventiva na rede elétrica predial, esgoto e águas pluviais, pintura e conservação de próprios, serviços gerais de manutenção de jardins, remoção e montagens de divisórias, estações de trabalho, remanejamento de equipamentos de informática, redes, etc., e muitas outras no edifício sede da SEAGRI/DF e Unidades que a compõem nas adjacências do prédio e outras localizadas mais distribuídas no âmbito do Distrito Federal.

Dentre essas ações, destacamos as seguintes:

- Substituição de parte da tubulação hidráulica (instalações da SDR, da GETRANS, casinhas e outras), visando solucionar focos de vazamentos e reduzir o consumo de água;
- Manutenção da rede elétrica, com a substituição dos quadros de energia e fios elétricos das instalações da SEDE e Laboratório da DIPOVA, a fim de solucionar problemas pontuais de sobrecarga da rede, aquecimento da fiação elétrica e queimas constantes de lâmpadas;
- Melhoria das condições estruturais e de acessibilidade na unidade da Defesa Agropecuária, por meio do apoio operacional e logístico: na construção de rampa de acesso e instalação de corrimão na sede; criação de um ambiente próprio para a prática das refeições diárias dos servidores e conservação do prédio por meio de pintura e instalação de cerâmicas na barreira da BR-020 e base de Planaltina, dentre outras;
- Apoio Operacional e ações semanais em atividades de limpeza da área externa do complexo da SEAGRI, objetivando a eliminação de possíveis focos dos mosquitos transmissores do vírus da zika, dengue e

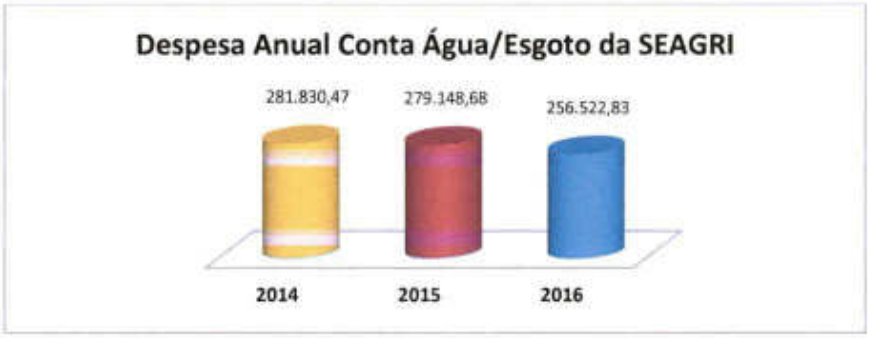
chikungunya, em adesão à campanha feita pelo GDF para diminuição dos casos dessas doenças pelo Distrito Federal;

- Apoio Operacional no parque de Exposições da Granja do Torto, inclusive nos eventos lá ocorridos (2ª PEC Brasília 2016 – 26 a 30/10 – e Natal Rural – 17 e 18/12); e
- Início dos trabalhos relacionados à gestão documental do acervo arquivístico da Secretaria de Agricultura, por meio da promoção da catalogação e início da organização em prateleiras adquiridas neste exercício.

Como um dos resultados dessas ações, obtivemos reduções consideráveis de15,1% no consumo de água em metros cúbicos e ainda de 8,1% no valor gasto como pagamento da fatura da CAESB, quando comparado ao ano anterior. E ainda de 35,4% e de 9%, respectivamente, se comparado a 2014, conforme dados da tabela e gráficos a seguir:

CONSUMO DE FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - CAESB						
Mês	2014		2015		2016	
	m³	Valor	m³	Valor	m³	Valor
Janeiro	1.579	22.680,00	1.032	18.507,07	1.140	23.931,16
Fevereiro	1.700	23.954,70	1.445	25.834,04	590	12.405,78
Março	1.540	22.402,59	1.021	18.442,29	1.005	21.615,97
Abril	1.427	21.003,23	969	20.325,88	899	19.271,76
Maio	1.533	22.111,12	1.029	21.604,26	1.057	22.715,86
Junho	1.811	27.641,26	652	15.443,98	1.189	25.832,58
Julho	1.408	21.040,47	991	20.738,78	797	18.367,80
Agosto	1.821	28.078,83	1.033	21.377,04	1.359	28.087,80
Setembro	1.301	23.543,78	1.298	27.273,94	1.189	26.755,60
Outubro	1.637	28.794,62	1.384	29.091,70	1.163	27.067,80
Novembro	1.383	24.726,15	1.183	24.806,98	594	13.519,80
Dezembro	888	15.853,72	1.683	35.702,72	673	16.950,92
Total	**18.028**	**281.830,47**	**13.720**	**279.148,68**	**11.655**	**256.522,83**

Isso significa que a Secretaria de Agricultura, mesmo enfrentando dificuldades estruturais e financeiras (material, mão de obra, falta de contrato de manutenção predial, dentre outros), ainda assim conseguimos, mediante os esforços de toda equipe, contribuir com a redução das despesas dos serviços públicos continuados.



Cumpre ressaltar que a situação de vazamentos na rede, ainda está temporariamente sob controle, entretanto para que haja um efeito definitivo, espera-se novamente para o exercício de 2017 que a rede hidráulica seja substituída e que a caixa d'água seja totalmente recuperada, para que não haja mais qualquer problema neste sentido. Além disso, espera-se também que, após a substituição da rede, seja realizada a individualização dos hidrômetros, a fim de se fazer um controle mais efetivo do consumo de água por unidade consumidora, ações essas impossibilitadas de serem feitas no exercício de 2016 por razões financeiras.

Como já destacado anteriormente, outras medidas continuam sendo adotadas para reduzir e/ou controlar o consumo de energia elétrica e assim otimizar os recursos financeiros desta Secretaria, como o fiscalização mês a mês do consumo de energia, substituição de parte da fiação elétrica, lâmpadas, reatores, disjuntores e ainda campanhas de conscientização dos servidores por meio de mensagens eletrônicas e solicitações de apoio divulgadas na Intranet da Secretaria de Agricultura.

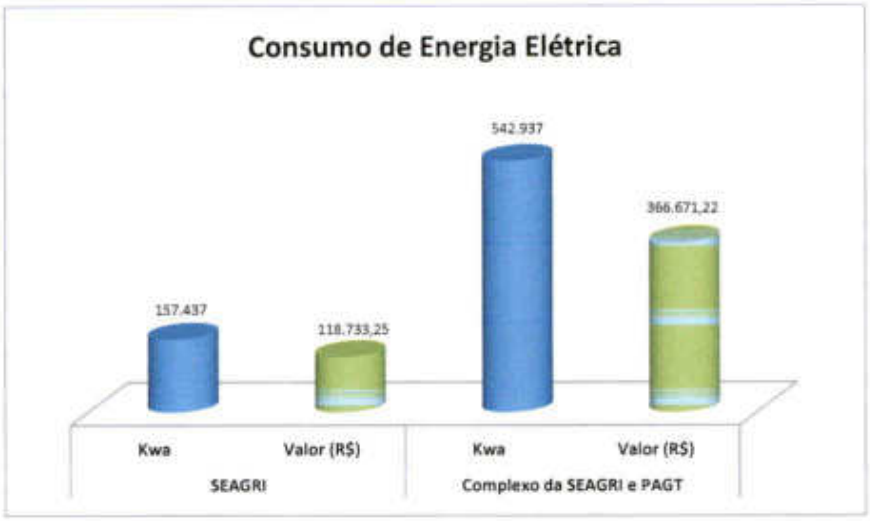
Como consequência, observamos que o consumo anual em Kwa no complexo da Secretaria de Agricultura, no ano de 2016, se comparado a 2015, teve uma redução de 3,6%, bem como de 4,6% no valor pago com a referida despesa. E ainda de 31,8% e de 1,4%, respectivamente, se comparado a 2014, conforme tabela e gráfico a seguir:

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA COMPLEXO DA SEAGRI						
Mês	2014		2015		2016	
	Kwa	Valor (R$)	Kwa	Valor (R$)	Kwa	Valor (R$)
Janeiro	27.337	13.048,35	14.626	13.876,00	11.856	9.044,83
Fevereiro	25.769	10.907,59	12.932	9.170,35	11.174	8.395,89
Março	25.177	12.795,42	12.932	8.516,02	14.411	10.275,51
Abril	25.018	13.062,15	13.286	9.544,05	16.182	11.256,69
Maio	24.553	12.774,80	14.445	10.010,15	13.870	10.205,42
Junho	21.776	12.026,04	13.262	9.601,17	13.184	9.783,54
Julho	14.175	7.404,28	13.181	9.869,40	11.582	8.729,29
Agosto	11.460	6.535,97	13.586	9.738,49	11.776	8.567,05
Setembro	12.169	7.285,74	13.469	10.856,33	13.781	10.200,90
Outubro	13.804	8.019,13	14.705	11.430,46	15.078	11.004,05
Novembro	15.945	8.684,87	12.770	10.447,63	10.043	10.468,33
Dezembro	13.645	7.885,79	14.135	11.410,07	14.500	10.801,75
Total	**230.828**	**120.430,13**	**163.329**	**124.470,12**	**157.437**	**118.733,25**

Todavia, ressaltamos que, com o advento do Decreto N° 36.644, de 04 de agosto de 2015 – que dispõe sobre o Parque de Exposições Agropecuárias Granja do Torto - PAGT, sobre o Regulamento do PAGT e sobre o Conselho Gestor –, a titularidade para a administração e pagamento das faturas da Companhia Energética de Brasília – CEB – daquela localidade passou a ser competência da Secretaria de Agricultura, onde a despesa no exercício de 2016 teve um acréscimo de R$ 247.015,84, por um consumo de 386.400 KWa daquela localidade, conforme tabela abaixo.

PARQUE DE EXPOSIÇÕES GRANJA DO TORTO - PAGT				
Mês	2015		2016	
	kWa	Valor	kWa	Valor
Janeiro	-	-	20.400	14.704,05
Fevereiro	-	-	21.600	15.271,33
Março	-	-	26.400	17.748,13
Abril	-	-	22.800	14.967,87
Maio	-	-	22.800	15.223,58
Junho	-	-	21.600	14.077,73
Julho	-	-	72.000	45.221,60
Agosto	-	-	64.800	39.087,24
Setembro	22.800	15.532,65	27.600	17.726,31
Outubro	25.200	17.310,70	26.400	17.149,50
Novembro	25.200	17.700,72	31.500	18.159,92
Dezembro	25.200	17.908,20	27.600	18.600,71
TOTAL	**98.400**	**68.452,27**	**385.500**	**247.937,97**

Desta forma, considerando-se a incorporação da despesa de energia elétrica do referido Parque à Secretaria de Agricultura, notamos que houve um aumento em 2016 de 209% no valor e de 245% no consumo em kwa, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Como já dito anteriormente, varias foram as dificuldades enfrentadas ao longo do ano e os principais entraves ao atendimento das demandas foram e continuam sendo: escassez de recursos orçamentários e financeiros, o que torna difícil a efetivação das aquisições e contratações para o órgão; bem como a falta de pessoal qualificado para o desempenho das atividades de manutenção, tais como eletricista, bombeiro hidráulico, marceneiro, pedreiro, motorista, auxiliares de serviços gerais, operador de máquinas de pequeno, médio e grande porte, tendo em vista o grande número de aposentadorias efetivadas e que vem ocorrendo com frequência, sem a necessária reposição.

Esperamos para o exercício de 2017 que a Secretaria de Agricultura possa contratar empresa especializada em serviços de manutenção predial, para que este órgão não só ofereça ambientes mais agradáveis de trabalho, como também estrutura adequada e segura para os servidores. Além disso, espera-se também com tal contratação que as redes elétrica e hidráulica de todo o complexo da Secretaria sejam substituídas, a fim de não só trazer mais segurança para os frequentadores, como também possibilitar um controle mais efetivo do consumo de água e energia, evitando-se assim desperdícios e, consequentemente, otimizando os recursos financeiros disponibilizados à Secretaria de Agricultura e tão escassos nos dias atuais em virtude da crise instalada no Brasil.

Na oportunidade, ressaltamos que no ano de 2016 foi incluído no Plano Anual de Compras e Contratações, decorrente do Projeto de Lei Orçamentária, os valores necessários para a contratação de serviços continuados de manutenção predial, com fornecimento de mão de obra, materiais e insumos, o que, caso aprovado na LOA, poderá finalmente permitir que se realize a contratação no exercício de 2017, solucionando-se as deficiências atuais em relação, inclusive, ao fornecimento de materiais tempestivamente para as rotinas de manutenção no Órgão.

No tocante à manutenção dos veículos, a Secretaria de Agricultura contou novamente com serviços contratados pela antiga Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização – SEGAD/SEPLAG, objeto do processo nº 414.000587/2015, por meio do qual a Secretaria de Agricultura realizou junto às empresas cadastradas na TiketCar a manutenção preventiva e corretiva de toda a frota, inclusive daqueles em que a garantia contratual perdeu a validade, bem como dos maquinários agrícolas, a saber:

I) Da Subsecretaria de Defesa Agropecuária – SDA:

- 3 (três) caminhões, 28 (vinte e oito) automóveis de fiscalização, e 1 (uma) Van da Diretoria de Sanidade Agropecuária e Fiscalização – DISAF,
- 1 (um) caminhão, 1 (uma) caminhoneta e 1 (um) automóvel de fiscalização da Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal – DIPOVA;

II) Da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SAF:

- 4 (três) caminhões e 2 (duas) caminhonetas do Programa de Aquisição de Alimentos administrado pela Diretoria de Compras Institucionais – DCI;
- 1 (uma) caminhoneta, 1 (um) automóvel e 2 (dois) caminhões;

III) Da Subsecretaria de Administração Geral – SUAG:

Relatório de Atividades da SEAGRI - Exercício 2016 (13291387) SEI 00070-00016332/2018-92 / pg. 29

- 1 (um) caminhão baú e 1 (um) caminhão carroceria desta Gerência;
- Manutenção de 1 (um) mini trator – aparador de grama da Subsecretaria de Administração Geral - SUAG;

IV) Da Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SDR

- 11 (onze) caminhões, 3 (três) caminhonetas, 1 (uma) camioneta e 1 (um) automóvel da Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SDR;
- 16 (dezesseis) máquinas agrícolas.

Cabe destacar que após o cadastramento das máquinas agrícolas a Secretaria pôde realizar as manutenções corretivas necessárias para viabilizar os apoios oferecidos às áreas rurais na recuperação de estradas e outros em outras atividades.

Sendo assim, esperamos para o próximo exercício que haja a continuidade desse tipo de contratação, para que as manutenções de veículos não sejam paralisadas e a Secretaria de Agricultura não tenha a sua frota ainda mais reduzida por falta dos reparos necessários.

Ainda sobre o transporte, convém ressaltar que durante o ano de 2016 a Secretaria de Agricultura pôde colaborar com outros órgãos do Governo do Distrito Federal e entidades, disponibilizando veículos e condutores para apoio no transporte de materiais, conforme relacionado abaixo:

I) Agência de Fiscalização – AGEFIS - Empréstimo de caminhão e condutor:

- 23 a 26/02: operação de mobilização nacional contra o Aedes Aegypti;
- 01 e 02/03: operação de erradicação de edificações irregulares da Região Administrativa da Estrutural;
- 08 a 11/03: operação de erradicação de edificações irregulares na Região Administrativa de Ceilândia;

II) SEDESTMIDH:

a. 28/07 – auxílio no evento na Casa das Nações Unidas do Brasil;

b. 06 e 07/09 – realização do transporte de materiais (CCC/CEASA até Recanto das Emas) para o evento Virada do Cerrado,

III) IBRAM: dia 08/08 – para o transporte de bens materiais depositados no Parque Três Meninas;

IV) EMATER - DF: para realização da Campanha de Recolhimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos, nos períodos: 27/07; 03, 10, 24 e 30/08; 14 e 20/09; 19, 21 e 23/10.

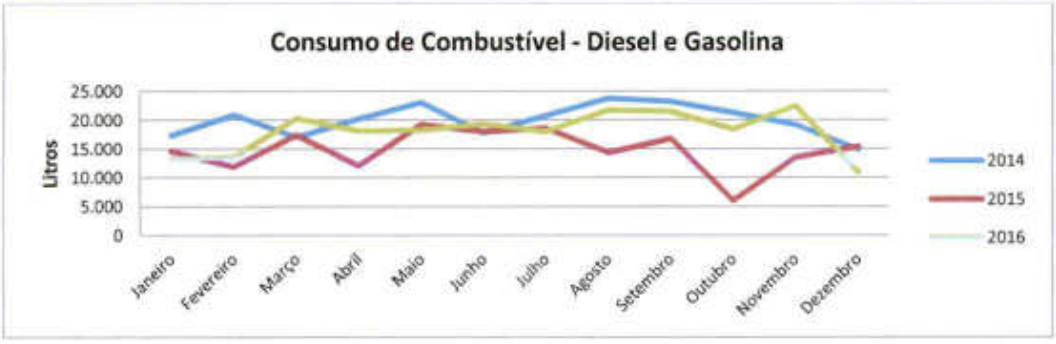
V) PLANALTINA: no período de 02 a 16/05 - Festa do Divino Espírito Santo Folia de Roça 2016.

Um dos fatores que interferiu significativamente na execução dos serviços prestados pelo setor de transporte foi o recolhimento de 27 veículos da frota locada e ainda de mais 3 veículos da frota própria do Governo do Distrito Federal, ocorridos nos anos de 2014 e 2015.

Neste aspecto, torna-se extremamente necessária a aquisição ou mesmo a locação de veículos para possibilitar o atendimento de todas as demandas de forma mais imediata e satisfatória. Além disso, e em razão da crescente demanda, espera-se igualmente para o ano de 2017 a contratação de motoristas terceirizados para a condução dos servidores em seus trabalhos diários, haja vista a insuficiência de condutores na realização das atividades de transporte de carga e pessoas.

Quanto ao combustível utilizado pela Secretaria de Agricultura durante o exercício de 2016, verificou-se um aumento de 3.183,83 Litros (diesel/gasolina) no consumo médio mensal, o que corresponde a aproximadamente 22% da quantidade média gasta por mês em 2015, conforme evidenciado na tabela e gráfico a seguir. Tal fato decorre do aumento de demandas relacionadas ao comboio.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL: DIESEL E GASOLINA - EM LITROS			
Mês	**2014**	**2015**	**2016**
Janeiro	17.349,45	14.611,07	13.250,66
Fevereiro	20.856,61	11.857,33	13.588,23
Março	17.041,26	17.343,92	20.255,32
Abril	20.225,32	12.061,40	18.106,45
Maio	23.053,24	19.155,91	18.258,39
Junho	17.717,67	17.937,07	19.270,42
Julho	20.764,71	18.563,20	17.955,80
Agosto	23.779,63	14.322,93	21.740,10
Setembro	23.224,84	16.714,71	21.482,74
Outubro	21.252,36	6.034,37	18.372,27
Novembro	19.144,36	13.502,36	22.416,53
Dezembro	14.882,70	15.352,43	10.965,76
Total	**239.292,15**	**177.456,70**	**215.662,68**



No que se refere ao ambiente tecnológico da Secretaria de Agricultura, cabe destacar a distribuição de 50 computadores, oriundos da doação realizada feita pelo Supremo Tribunal Federal, o que possibilitou não só o fornecimento de máquinas a algumas unidades da Secretaria que estavam desprovidas, bem como o estabelecimento de uma reserva técnica para a área de manutenção e suporte em TI substituir aquelas com defeito ou necessidade de reparos, uma vez que o prazo de vigência da garantia dos computadores adquiridos para a Secretaria de Agricultura findou.

Além disso, destacamos algumas ações e implementações de sistemas, objetivando melhoria nos processos de arrecadação de recursos, de atendimento ao usuário e de ferramentas eletrônicas de trabalho, possibilitando assim aos servidores desta Secretaria uma maior agilidade e aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos, tais como:

I) Lançamento do novo Sistema de Gerenciamento de Emissão de Documento de Arrecadação – SGDAR, visando a administração dos recursos arrecadados para o Fundo de Desenvolvimento Rural e Fundo de Sanidade Animal.

II) Atualização da versão do Sistema de Defesa Agropecuária – SIDAGRO, sistema utilizado para gerenciamento das atividades da Defesa Agropecuária, cujas atualizações tiveram como objetivo a melhoria da fiscalização das atividades agropecuárias no Distrito Federal. Neste sentido, destaca-se também a implantação do módulo "SIDAGRO Produtor" o qual visa o oferecimento de alguns dos serviços prestados pela Secretaria de Agricultura ao cidadão por meio da internet;

III) Implantação de sistemas de código aberto - softwares livres, como:

- Sistema Banco de Talentos da Câmara dos Deputados – em produção;
- Sistema de Gerenciamento de Impressão (visa o controle das impressões de cada usuário) – em teste pela GETI;
- Sistema de Gerenciamento de Atendimento por Senha – Em homologação pela GETI e entrará em fase de produção pela sala do produtor em JANEIRO/2017, facilitando a organização do atendimento;
- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) – Disponibilização da nova versão para a Gerência de Contratos e Convênios - em produção.

Apesar da dificuldade financeira que o Governo do Distrito Federal vem enfrentando, a Secretaria de Agricultura tem buscado alternativas que não impactam financeiramente, mas sim que contribuam para o desempenho dos trabalhos desenvolvidos por todas as unidades, o que pode ser verificado por meio da implantação dos sistemas de código aberto relatados acima.

É sabido que em 2016 quase não houve a disponibilização de recursos para investimento, todavia as maiores dificuldades que impedem e/ou impossibilitam que a área de TI da Secretaria de Agricultura promovam melhorias no polo tecnológico desta Pasta tem a ver com as frequentes reprogramações orçamentárias, bem como contingenciamento de recursos ao longo do exercício, fatos estes que comprometem a execução das atividades desenvolvidas pela unidade de TI em razão das necessidades de reformulações no planejamento anual desta, constante no Plano de Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria de Agricultura.

Para o ano de 2017 é esperado um melhor investimento na área de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, a fim de que a Secretaria de Agricultura possa oferecer uma melhor infraestrutura aos servidores que nela desempenham suas atividades.

No que tange aos estoques da Secretaria de Agricultura ressalta-se que:

- Os estoques gerais diminuíram 15% em 2016, como consequência da política de redução de estoques adotada pelo Órgão;
- A redução de estoques (aumento da saída de material em comparação com a entrada) foi 55% inferior a redução ocorrida em 2015, pois 2015 foi um ano de intensa baixa de estoques por transferência para outros

Relatório de Atividades da SEAGRI - Exercício 2016 (13291387) SEI 00070-00016332/2018-92 / pg. 32

Órgãos, e em 2016 os estoques gerais do Órgão já estão mais próximos de uma situação considerada normal e aceitável;

- Embora tenha ocorrido redução dos valores em estoque, a quantidade de materiais estocados aumentou (ouve entrada de 20.000 unidades a mais do que as saídas) em razão da redução de estoques de alto valor agregado (óleo, pneus), maior controle dos estoques de maior custo (papel A4, copos descartáveis, gás e outros) e reposição de estoques de itens de maior necessidade e menor custo (lâmpadas, tomadas, envelopes, caixas arquivo, etc).

DADOS EXEMPLIFICATIVOS SOBRE O CONTROLE DE CONSUMO DE MATERIAIS				
Material	2016	2015 (até 06/12/2016)	Redução Alcançada	Observação
Copos descartáveis para água	1217	1977	38,44%	Observa-se que houve redução de 38,44% em relação a 2015, e uma redução de 60,81% em relação a 2014. Redução esta alcançada através da distribuição de copos de vidro e restrição do uso de copos descartáveis por parte de servidores - sendo os copos descartáveis principalmente para consumo dos usuários externos (visitantes) do Órgão.
Papel A4 para Cópia	1474	1432	-2,93%	Foi possível a manutenção da redução determinada de 30% em relação ao exercício de 2014 (totalizando redução de 41,29% em relação àquele exercício), no entanto, em relação ao mesmo período de 2015, houve aumento de 2,93%, em decorrência de aumento expressivo do consumo no segundo semestre de 2016 por motivo de mudanças na emissão de Guias de Transporte Animal e de restrições internas quanto à emissão de despachos manuscritos. Não houve, portanto, economia alcançada em relação a 2015. No entanto, em relação a 2014 manteve-se uma economia de R$ 8.200,00.

Em termos gerais, o giro de estoques em 2016 está muito próximo da meta considerada ideal (giro=1) para uma política de reposição de estoques anual (princípio da anualidade). Isto significa que, no exercício, os estoques giraram uma vez, ou seja, foram totalmente consumidos e repostos ao longo de um ano.

Uma das atividades desenvolvidas que merece destaque é elaboração da "Cartilha do Almoxarifado", manual onde constam as informações necessárias para uso do sistema e compreensão das atividades do setor e da gestão de suprimentos no Órgão, a qual está sendo distribuída, em versão digitalizada, aos requisitantes de material.

Além disso, foi promovida a realização de palestra de capacitação para os usuários do Sigma.net, em maio, em conjunto com a Gerência de Capacitação e Desenvolvimento;

Outra ação que merece destaque é a realização de 3 (três) inventários no período, nos quais observou-se que os estoques estão saneados, não tendo ocorrido perdas de material, nem assim ociosidade ou outras inconsistências;

Por fim, fica registrado que o ano de 2016 foi desafiador na área de Administração Geral desta Secretaria, pois mesmo diante dos problemas estruturais e materiais, aliados à grave crise financeira que dificultaram o desempenho das atividades de manutenção e suprimento do órgão, não poupou esforços para que os serviços administrativos desta Secretaria de Agricultura fossem feitos de forma satisfatória e de modo a atender a todas as unidades, com ambientes de trabalho minimamente adequados ao desenvolvimento das tarefas dentro do órgão e pelo órgão.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: José Guilherme Tollstadius Leal
Telefone: 3051-6301 e-mail da Instituição: expedientegabin@seapa.df.gov.br
Matrícula: 16667572-X Assinatura: _____

Responsáveis pela elaboração:
Nome: Josélia Oliveira da Silva
Telefone: 3051-6327 e-mail: geplan@seagri.df.gov.br
(x) Agente de Planejamento ( ) Outro Servidor. Especificar
Matrícula: 3300-0 Assinatura: _____

Nome: Josiani Bringel Bezerra
Telefone: 3051-6327 e-mail: geplan@seagri.df.gov.br
(x) Agente de Planejamento ( ) Outro Servidor. Especificar
Matrícula: 1661543-3 Assinatura: _____

Ordenador de Despesas: Roberto Gomes
Telefone: (61) 3051-6307 e-mail: gfn@seagri.df.gov.br
Matrícula: 100590-1 Assinatura: _____

Relatório de Atividades da SEAGRI - Exercício 2016 (13291387) SEI 00070-00016332/2018-92 / pg. 34